

Rumo a uma nova etapa de crescimento

Albert Fishlow *

O governo brasileiro anunciou para 2000 uma meta de crescimento real de 4%, com uma taxa mais forte no final do ano e dali em diante. A inflação vai recuar para a meta de 6%. O superávit fiscal primário irá crescer um pouco, enquanto a receita das privatizações — que virá da venda de ações de empresas já privatizadas e das novas empresas a serem vendidas — aumentará. O superávit comercial está projetado para US\$ 5 bilhões e o déficit em contas correntes previsto para cair a 4% do PIB. São esperados investimentos estrangeiros diretos que possibilitem financiar plenamente esse desequilíbrio. As necessidades de amortização cairão, drasticamente — na verdade, elas ficarão virtualmente na metade do nível de 1999. Tudo isso converge para um panorama muito positivo.

Há, porém, analistas, e não só do exterior, que estão menos convencidos a respeito dessas projeções. No começo do mês passado, uma estimativa do Banco Mundial de crescimento de 2,5% para 2000 mereceu grande publicidade — e refutação presidencial no Brasil. Persiste um forte ceticismo quanto ao desempenho econômico do País, apesar das boas notícias de desaceleração da inflação e de valorização do real. Os mais céticos

acham improvável a inflação ser reduzida e, no final, consideram haver um comprometimento da equipe econômica com políticas que inevitavelmente restrinjam o crescimento em benefício da garantia da estabilidade.

Eu me aproximo do ponto de vista do governo. O resultado não é garantido, mas a realidade é que o Brasil tem sofrido transformações importantes, que tornam o otimismo a via mais provável. Essa opinião não depende só de alterações internas, mas também de uma visão de acontecimentos externos mais favoráveis do que prejudiciais à expansão da economia brasileira.

Permitam-me defender essa perspectiva.

Primeiramente, a despeito das eleições municipais de 2000, o governo está em via de alcançar o superávit necessário este ano, assim como o superou no ano passado. O orçamento é conservador. As receitas serão maiores por causa da expansão econômica. A mudança da situação fiscal entre 1999 e 2000 envolve uma alteração de cerca de 5 pontos porcentuais do PIB, passando de um déficit operacional — pagamentos de juros incluídos — de 7% para menos de 2%. Isso é um forte in-



centivo ao aumento do crédito privado pelo sistema bancário comercial, hoje sobrecarregado de títulos públicos.

Em segundo lugar, a contenção de gastos do governo vai permitir a persistência de taxas de juros reais mais baixas e sua redução ao longo do ano. Isso vai estimular empresas a estudar investimentos reais — há muito adiados — necessários para introduzir novos equipamentos e máquinas. Apesar do fluxo contínuo de investimento estrangeiro, o investimento real provavelmente se contraiu em 1999.

Com o aumento das compras de consumo, a despeito da capacidade instalada, há motivos para expectativas positivas de um crescente compromisso com o investimento.

Uma terceira consideração favorável tem a ver com um grau de capacidade utilizada relativamente baixo, que permitiria ao mesmo tempo um aumento das exportações e do consumo doméstico. Essa continua sendo uma área de dúvida. Os preços das exportações de produtos primários continuam se fortalecendo, e os manufaturados vão receber um novo impulso com a recuperação dos países vizinhos. É aí que uma recupe-

ração econômica mundial mais forte e generalizada favorecerá o Brasil, que tem mercados de exportação mais diversificados. Esse é um dos motivos pelos quais o desempenho das exportações mexicanas — vinculado estreitamente ao mercado norte-americano — foi tão superior ao do Brasil nos últimos anos.

Em quarto lugar, as reformas domésticas prosseguirão. As mudanças promovidas pelo Banco Central vão influir no estabelecimento de um mercado de capitais que possa alocar recursos de forma mais eficiente e para períodos mais longos. O programa fiscal continuará em debate, havendo maior possibilidade de resolução das diferenças entre estados e governo federal com a retomada do crescimento.

Uma das preocupações correntes é a extensão com que os novos impostos — imposto sobre movimentações financeiras, bem como impostos locais mais altos — irão prejudicar as motivações privadas para a recuperação. Mas esse problema potencial vai mais acelerar o processo de consolidação e de reforma do que bloquear o crescimento dos investimentos privados.

A bem-sucedida superação do susto da inflação vai implicar declínio das taxas nos próximos trimestres. Esse desafogo dará lugar a uma certeza de que a desvalorização foi ab-

sorvida. Mas ainda haverá, provavelmente, uma continuidade no fortalecimento das taxas de câmbio, como tem ocorrido desde o final de outubro e já resultou numa valorização do real de 10%. Isso vai reduzir preços das importações e manter uma pressão maior sobre os fornecedores domésticos. O único fator citado pelos que admitem a persistência da inflação é uma produção agrícola doméstica menor em razão de fatores climáticos. Mas ainda que isso aconteça a queda na produção será pequena demais para fazer muita diferença.

Outro aspecto positivo é que a popularidade do governo tenderá a se recuperar gradualmente, com um melhor desempenho econômico, como se deteriorou abruptamente com a desvalorização da moeda. Já se pode notar um retardamento nas campanhas eleitorais de 2000, que, na previsão anterior de muitos, anulariam qualquer ação do Congresso. Agora, tudo indica que o Congresso se concentrará mais nos objetivos nacionais, em vez de antecipar o processo das eleições municipais.

As disputas entre Antônio Carlos Magalhães e Fernando Henrique Car-

doso vão continuar, mas não impedirão a adoção das medidas necessárias para o avanço da recuperação econômica. Na verdade, uma das forças do governo é a oposição limitada ao seu programa. Lula e Ciro Gomes, para não falar de Itamar Franco, contariam atrás de base popular para suas opiniões oposicionistas. Mas a verdade é que, depois da desvalorização, há um maior consenso quanto ao fato de o governo estar fazendo a coisa certa.

Tudo isso me leva a acreditar que o ano 2000 assistirá ao começo positivo de outro período de crescimento rápido e contínuo no Brasil. Não

A realidade é que o Brasil tem sofrido transformações importantes, que tornam o otimismo a via mais provável

será “milagre”, mas consequência de uma reforma contínua e inteligente. Com essa expansão, surge a oportunidade para um sério compromisso com a melhoria dos níveis de educação e de distribuição de renda no País. Quando isso for feito, haverá motivos reais para comemoração. ■

* Economista sênior da Violy, Byorum & Partners, professor visitante na Universidade de Yale, ex-secretário-assistente-adjunto para assuntos interamericanos do Departamento de Estado e autor de diversos estudos sobre economia brasileira e latino-americana.